

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 23, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal*.

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 23, de 2014, de autoria da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

Nos termos do projeto, a Frente visa a defender os interesses da Amazônia Legal, priorizar o desenvolvimento sustentável, proteger os recursos naturais e os interesses socioeconômicos da região, promover o debate sobre políticas públicas voltadas para a área e sobre as proposições legislativas que visem à defesa da Amazônia Legal.

A Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, mas poderá, por conveniência e necessidade, reunir-se em outro local. Será integrada inicialmente pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros membros do Senado Federal.

A Frente rege-se por seu regulamento interno, observado o disposto no Regimento Interno do Senado Federal. Até que esse regimento



interno seja aprovado, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus integrantes.

Na justificação, a autora destaca que a Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e perfaz mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, onde vivem 46% da população indígena brasileira. Além disso, é uma região com um significativo potencial de recursos naturais ainda não explorados, que abriga imensas quantidades de minérios, terras agricultáveis e recursos hídricos, com alto potencial energético.

Acrescenta que a exploração dessa região brasileira, nas últimas décadas, somada ao modelo tradicional de ocupação do território, causou um aumento exponencial das taxas de desmatamento e perda da biodiversidade, razão pela qual há urgência em debater a conservação e o uso dos recursos naturais da Amazônia Legal e de discutir e repensar as políticas de desenvolvimento sustentável da região.

Enviada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a proposição recebeu substitutivo que amplia o escopo inicial do projeto, para também estabelecer normas gerais para a constituição de frentes parlamentares nesta Casa Legislativa. Nos termos do substitutivo, fica criado o registro de Frente Parlamentar perante a Mesa do Senado Federal, que deverá ser instruído com a ata da fundação e o estatuto para que a frente parlamentar possa requerer a utilização do espaço físico desta Casa para suas atividades, bem como ser objeto de divulgação pelos meios de comunicação do Senado Federal.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão Diretora, nos termos do inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, oferecer parecer à proposição.

O Projeto de Resolução nº 23, de 2014, que trata de matéria de interesse interno do Senado Federal, não apresenta vício de constitucionalidade ou de juridicidade.

Como ficou consignado no parecer da CDR, já funcionaram ou funcionam no Congresso Nacional inúmeras frentes parlamentares, que cumprem papel relevante nos debates parlamentares, seja para amplificar o debate sobre temas importantes e específicos, tais como saúde, educação, segurança pública, seja para tratar de assuntos regionais que ocupam papel central nos debates brasileiros, como o de que ora se trata.

Juridicamente, por se tratar de uma associação entre parlamentares para fins comuns, a formação da frente parlamentar prescinde da apresentação e aprovação de projeto de resolução com esse teor, bastando um requerimento à Mesa Diretora nesse sentido.

No entanto, entendo que não há óbice à aprovação da proposição, uma vez que esta Casa Legislativa tem optado por manejar esse instrumento para a criação de frentes parlamentares, tendo sido, inclusive recentemente editadas as Resoluções nºs 5 e 13, de 2005, que instituem, respectivamente, a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante e a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos.

Ademais, como consta do parecer da CDR, se a espécie legislativa denominada Resolução pode o mais, quanto a essa matéria, certamente pode o menos, que é o tema de que aqui se trata.

Todavia, a fim de manter coerência com as referidas Resoluções já aprovadas por esta Casa sobre o tema, considero inoportuno reunir, em uma só proposição legislativa, dispositivos que fixam normas gerais para a constituição de frentes parlamentares, bem como que criam a Frente Parlamentar específica da Amazônia Legal.

Dessa forma, julgo mais adequado levar adiante exclusivamente a proposta inicial da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, restrita à criação da referida Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2014.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



SF/15089.37445-19